

MULHERES, MILITANTES E MIGRANTES: A ESTRUTURAÇÃO DO MST NO NORDESTE BRASILEIRO

Rose Elke Debiasi¹

Resumo: A presente comunicação aborda a trajetória política de mulheres, filhas de pequenos camponeses, que durante a década de 1980 migraram do Sul para o Nordeste do país com a função de estruturar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região. A opção pela militância, seguida da migração para o Nordeste, gerou desconforto e embates no interior das famílias. Com uma educação rígida, voltada para o casamento, a ida para o convento cumpriu um duplo papel na formação dessas mulheres. Ao mesmo tempo em que adiava os planos de casamento, permitia o contato com uma nova realidade, resultante da aquisição de conhecimentos e da aproximação com os movimentos sociais e pastorais que atuavam junto às comunidades rurais; por outro lado, os ensinamentos e as práticas da Igreja passaram a entrar em contradição. Gradativamente, os cerceamentos e punições, aliado as contradições da própria Igreja, causaram um clima de revolta e indignação em parte da juventude missionária. Com o uso da história oral, pretendemos discutir a relação dessas mulheres com a família, com a Igreja e os desdobramentos da opção pela militância, voltada para a construção do MST.

Palavras-chave: MST, Migração, História Oral, Igreja

O presente artigo discute as transformações vivenciadas por um conjunto de mulheres que ao ingressarem na militância política passam a questionar o local atribuído a elas nas relações familiares e sociais, politizam o espaço privado, ocupam posições de liderança nas lutas populares e sindicais, migram para vários estados brasileiros com a função de estruturar um movimento social e encaminham o debate de gênero nas instâncias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

São entrevistadas quatro militantes, filhas de pequenos proprietários e com experiência nos organismos da Igreja Católica, entre os anos de 2011 e 2016. São mulheres, jovens lideranças, que durante os anos de 1980 a 1990 assumiram o desafio da migração com o objetivo de estruturar o MST nacionalmente. São elas: Fátima Ribeiro, Zenaide Busanello, Dilei Schiochet e Maria Izabel Green². A seguir apresento um breve histórico do percurso empreendido por elas:

Fátima Ribeiro, natural do Espírito Santo, migrou com dezenove anos para o Ceará. Lá, organizou ocupações de terra, estabeleceu relações com as organizações já constituídas na região, participou de reuniões com as administrações estadual e municipal e se constituiu como liderança nacional, de acordo com as publicações do Jornal Sem Terra (JST). Após onze anos, ela foi

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil.

² Adotam-se os nomes verdadeiros das entrevistadas por compreender que estamos lidando com pessoas públicas, sendo comum encontrarmos seus nomes em publicações internas, no Jornal Sem Terra e na imprensa falada e escrita dos seus respectivos estados. Essa escolha contou com o conhecimento e consentimento das entrevistadas.

deslocada para o Rio Grande Norte, com novas tarefas orgânicas. Diferentemente das demais entrevistadas, Fátima não partiu do Sul do país, mas iniciou sua formação nas pastorais da Igreja Católica como as demais militantes; em seguida, atuou no movimento sindical. Já Zenaide Busanello, do interior de Santa Catarina, ingressou no convento motivada pela possibilidade de prosseguir seus estudos. Aos poucos, começou a participar de atividades, as “chamadas vivências”, nas comunidades rurais, onde foi possível a aproximação com o MST. À medida que avançava seu interesse, também estreitava seus vínculos, passando a assumir tarefas de solidariedade e logística entre os movimentos sociais, sindicatos e Igreja na região do Oeste catarinense.

Dilei Schiochet, natural de Joinville (SC), ingressou na vida religiosa na Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, onde teve a oportunidade de participar de algumas atividades com as comunidades rurais, em especial o Jejum pela Reforma Agrária, na cidade de Florianópolis (SC). Essa última teria despertado o desejo de transformações diante das desigualdades sociais. Devido à incompatibilidade com suas novas escolhas políticas, optou por abandonar a vida religiosa. Após o ingresso no MST, Dilei atuou dentro de um formato de circularidade pelos estados nordestinos antes de fixar residência na Paraíba, no ano de 1997. E, finalmente, a militante Maria Izabel Grein. Ela iniciou sua militância no Rio Grande do Sul (RS), no convento vinculado a Ordem Franciscana, na cidade de Santa Maria (RS). Acompanhou as primeiras ocupações de terra no Rio Grande do Sul, sendo depois deslocada para Santa Catarina. Não esteve diretamente no Nordeste, no entanto selecionou, acompanhou, orientou e viabilizou, em conjunto com a Direção Nacional do MST, a ida de vários militantes para lá.

A atuação dessas mulheres destaca-se na luta pela reforma agrária, no convencimento e organização dos camponeses, na realização de ocupações de terra e marchas, na participação de reuniões e no processo de estruturação do MST no Nordeste brasileiro. Além das entrevistas temáticas, utilizam-se os documentos produzidos pelos Setores de Gênero, o Jornal Sem Terra e a literatura especializada.

Gema Esmeraldo (2013) descreve a luta das mulheres pelo reconhecimento da profissão “trabalhadora rural” e como elas se articulam em movimentos sociais e políticos para construir sua afirmação a partir dos anos 1980. Com a introdução do pacote tecnológico, precisamente após os anos de 1970, as mulheres foram sendo substituídas nos locais de trabalho, em especial nos roçados da região nordestina. A luta pela sindicalização das mulheres expressa o desejo de conquistar direitos próprios como sujeitos autônomos. Essa luta, é preciso dizer, é permeada de contradições. Ao mesmo tempo em que o trabalho feminino é considerado como “ajuda” ou “auxílio” no interior

das relações familiares; na esfera pública, ele é afirmado e positivado para fomentar as lutas pelo reconhecimento profissional. Conforme abordado adiante, setores progressistas da Igreja Católica, partidos políticos e centrais sindicais atuantes nas lutas contra a ditadura civil- militar (1964-1985) e pela restauração do estado democrático se apresentam como um campo fértil para a participação e formação política das mulheres na luta por direitos trabalhistas e sociais.

Nesse contexto, duas questões precisam ser situadas: A primeira delas é relacionada à necessidade de compreender como as estruturas de dominação se instalam, naturalizam, reproduzem e definem a construção social dos corpos masculinos e femininos, e a segunda, diz respeito à insuficiência da matriz teórica *classe social* para conscientizar mulheres e homens (ESMERALDO, 2013, p. 254).

A formação do MST está inserida nesse cenário político, cujos parâmetros teóricos e políticos de análise reivindicados são exclusivamente o de *classe*. De acordo com o depoimento de Dilei, no âmbito da militância, não se observa uma divisão sexual do trabalho.

Eu não media [esforços]. Se você for analisar hoje, uma pessoa andar 27 km, às vezes, eu fazia isso, ou 18 km para ir fazer vistoria numa área a pé. Sabe assim...tem que ser determinado. Tem que ser determinado, se não faz. Esse negócio da determinação é central. Tem que ter determinação, se não tu não fazes. E não tinha choro. E tu determinas, tu vai e faz. E a gente fazia em piores condições. Hoje o movimento tem uma estrutura, mas naquela época nós não tínhamos. Nós íamos em cima dos carros alternativos, em cima do caminhão. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

Dilei, como ela mesma relata, não media esforços na execução de uma tarefa. No fragmento acima, a entrevistada descreve sob quais condições realizava as vistorias das áreas para posterior ocupação de terra. Para que a informação não vazasse, geralmente ela ia sozinha. Também fica claro que não existe uma separação de gênero na execução das tarefas, cabendo à liderança destacada o cumprimento delas. O discurso que orienta, novamente, é o da luta de classes. As diferenças de sexo, gênero, raça, etnia e geração são tratadas como divisionistas pela militância durante a década de 1980 e início dos anos de 1990.

A entrevista de Fátima Ribeiro, por sua vez, apresenta uma crítica ao papel historicamente atribuído às mulheres, destinadas para a realização das tarefas domésticas e/ou vistas como ajudantes de seus pais, maridos ou irmãos, em detrimento de uma participação ativa na política, inclusive na condução dos sindicatos e movimentos sociais. Após o seu depoimento, questionei sobre as questões de gênero e o eventual machismo na organização - MST. Contraditoriamente, Fátima afirmou que não, que em nenhum momento havia percebido ou recebido algum tratamento

diferenciado no MST pelo fato de ser mulher. Reiteradas vezes busca colocar em relevo o debate de classe social, a qual fornecia o tom e a orientação da sua atuação.

No entanto, na edição do Jornal Sem Terra n. 81, de mar. 1989, ou seja, 22 anos antes da realização da entrevista mencionada acima, Fátima tinha uma posição distinta ao falar que a participação feminina ainda era insuficiente no Movimento.

[...] a mulher trabalha no processo produtivo na questão das pequenas criações. Temos que participar mais das organizações sindicais, do movimento, contribuir, darmos passos para a liberação da classe trabalhadora (TERRA, 1989a, p. 7).

Em outra entrevista realizada pelo Jornal Sem Terra, Fátima afirma que as mulheres estão presentes em todas as instâncias da organização, destacando a capacidade política da militante. “À medida que o trabalho é feito, os companheiros acreditam mais. Não importa quem o faça. Nós, mulheres, participamos em todas as equipes. O importante é que se tenha a capacidade de realizar as tarefas. Participamos na base e até no trabalho a nível nacional” (TERRA, 1989c, p. 17). A resposta de Fátima corrobora com a afirmação que no cumprimento das tarefas aparentemente não existia uma diferenciação de gênero. Supõe-se que a mesma lógica não se aplica às instâncias de deliberação, por isso a necessidade de se criar mecanismos, como cotas, para assegurar a participação feminina. Intui-se, também, que o objetivo das militantes seja evitar fissuras e/ou desgastes internos; e, por outro lado, não expor o MST a críticas ou julgamentos externos.

No Jornal Sem Terra n. 83, de maio de 1989, o tema é abordado dentro de quatro eixos: História, Organização e Produção, Mulheres e Relações e Militância, como fomento para o desenvolvimento dos assentamentos na Bahia.

A mulher enfrenta uma dominação cultural muito forte. Mesmo que realize funções iguais na roça, é vista como prestadora de serviços; não tem poder de decisão. Desenvolve jornada dupla porque o trabalho da casa não se considera produtivo. A assentada terá que integrar-se em projetos de produção que ela coordene, adquira independência econômica. Nosso desafio é torná-la dirigente das lutas pelas transformações (TERRA, 1989b, p. 12).

Apesar de ações ainda periféricas para as mulheres nos anos 1980 torna-se perceptível que o tema vai ganhando espaço nas instâncias do MST. Mulheres camponesas, sem-terra e militantes migrantes, no decorrer da década de 1980 e início dos anos 1990, ingressam em partidos políticos, participam de atividades das centrais sindicais, das Pastorais e dos movimentos sociais e reivindicam posições de direção nas instâncias do próprio MST. Esse contexto de efervescência política incentiva (e possibilita) a participação de mulheres, como Fátima, Dilei, Zenaide e Izabel, na militância política. Antes de abordar o papel da militância, seguida da migração, na vida dessas

jovens, todavia, cabe apresentar uma breve sistematização do debate de gênero nas instâncias do MST.

O debate de gênero no MST (1984-2006)

Segundo Esmeraldo (2013), durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra (1984), realizado em Cascavel, Paraná, anuncia-se novos sinais de atuação política, organizativa e militante de mulheres rurais. Essa atmosfera política resulta da mobilização, da criação de espaços formativos e da luta política forjada em outros lugares, anteriores ao referido encontro, como os sindicatos e as pastorais. Apesar da histórica, embora invisível, atuação política no I Encontro Nacional, a participação das mulheres se fez perceber de forma diferenciada no ano seguinte, na ocasião do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra (1985), realizado em Curitiba, Paraná.

Ainda de acordo Esmeraldo (2013), as mulheres que participaram do I Congresso Nacional do MST reivindicam a presença e participação de 30% de mulheres como delegadas (há registro de mais de 300 mulheres num universo de 1.500 delegados), integram grupos de trabalho, participam de uma coletiva com a imprensa (nacional e estadual) e realizam a I Assembleia de Mulheres Sem Terra, na qual discutem e apresentam suas reivindicações específicas por meio da publicação de um documento público (TERRA, 1985, p. 9-11). Essas mulheres, de acordo com autora, já militavam, desde décadas passadas, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e nas oposições sindicais. Portanto, percebe-se uma continuidade, uma articulação e um acúmulo das lutas, das ações e dos debates das mulheres.

Na construção de uma política de equidade de gênero, identificamos dois eixos de ações no MST. Um interno, resultado da organização interna das mulheres, questionando, ocupando e criando novos espaços dentro do movimento social; e, outro motivado por questões externas cuja influência é verificada na adoção de novas políticas e ações no âmbito da questão de gênero, que surgem como resultantes de intercâmbio com o movimento feminista e mesmo com as instituições de cooperação internacional.

No ano de 1986 ocorre no interior do MST a formação da “Comissão das Mulheres” que, entre outros encaminhamentos, prevê a participação das mulheres em todas as esferas do Movimento. Gradualmente, a organização das mulheres vai adquirindo maior espaço e expressão no MST, conforme se observa na publicação das Normas Gerais dos Assentados (1989). Em linhas

gerais, esse documento estimula a participação das mulheres em todos os níveis de poder, orienta a constituição de comissões para assegurar o debate sobre políticas públicas, representação e representatividade das mulheres, combate todas as formas de discriminação e luta contra o machismo, e define um espaço para discussão no *Jornal Sem Terra*³. De acordo com Furlin (2013), esta parece ser uma estratégia apresentada pelas mulheres com o intuito de conquistar espaços de poder e visibilidade dentro do próprio Movimento. Essas atrizes ao ingressarem em um movimento de luta por transformações sociais, ainda precisam se organizar em grupos distintos de luta para conquistar seus direitos como mulheres e lutar por relações igualitárias de gênero no MST.

Em 1996 é criado o “Coletivo Nacional de Gênero”, com a finalidade de potencializar o debate interno, elaborando materiais específicos e assegurando a participação das trabalhadoras rurais nos encontros e eventos de mulheres em âmbito internacional. Já o ano de 2006 registra a criação do Setor de Gênero, que passa a integrar a estrutura orgânica do MST e visa à formação de novos valores e diferentes formas de relacionamento entre homens e mulheres. Dentro desta trajetória de pouco mais de vinte anos é importante mencionar que tais ações foram decisivas para a gradativa incorporação da questão de gênero como pauta central do MST e não mais acessória e/ou secundária, pelo menos no plano discursivo.

A equidade também se reflete na própria estrutura do MST, com a presença de lideranças femininas no Setor de Frente de Massa, todavia, ainda verificam-se algumas disparidades na participação de mulheres militantes em determinados setores, como no Setor de Produção e de Finanças, geralmente conduzidos por homens. Para o momento não interessa avançar nesta questão, pois demandaria uma análise minuciosa sobre os documentos internos do MST, cartilhas, boletins, atas, textos e relatórios elaborados pelas mulheres militantes, confrontando-os entre si e com as publicações das agências de fomento. Opta-se, portanto, por discutir as transformações operadas na vida dessas mulheres (e no MST) com o compromisso da militância, e, posterior, desafio assumido na migração para os estados nordestinos.

A militância seguida da migração: possibilidades emancipatórias para as mulheres

Na militância, os sujeitos organizados reivindicam direitos sociais e políticos, melhores condições de vida e trabalho, propõem projetos políticos e realizam mobilizações e greves entre outras ações de contestação e resistência. Todavia, a militância política não é algo que está

³ Ver mais em Normas Gerais do MST (1989).

desconectado de sua realidade, não é algo à parte, exclusivamente do universo militante. Antes de militantes, esses sujeitos são trabalhadores e trabalhadoras, que aderem a uma causa, um conjunto de princípios, ideias e símbolos políticos, por distintas razões, seja por motivação revolucionária, seja para viabilizar seu sustento e de sua família.

Os militantes que partiam para o Nordeste não restringiam a sua atuação a somente um estado. O formato de “migração” que estamos discutindo se encontra alinhado com a ideia de circularidade. Para esse tipo de migração existem poucos estudos, dada à dificuldade de quantificá-la. É uma prática adotada por várias igrejas, através do envio de missionários, e por alguns partidos de esquerda. As experiências de Porecatu (1946-1951) e Trombas e Formoso (1950-1954), por exemplo, contaram com o envio de militantes externos, vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). A migração, portanto, está relacionada com a militância (com o objetivo de fazer parte de um grupo cuja estrutura organizativa funciona internamente como um partido político), e não com a ideia de uma migração específica, resultado e/ou influência de uma cultura de migração, motivada e parte constitutiva das estratégias de reprodução da condição camponesa.

Na prática, esse processo de migração impulsionado pelo MST a partir de 1987 deve ser analisado de diferentes perspectivas. De acordo com a documentação interna e com as entrevistas realizadas por mim, percebe-se um “desconhecimento” acerca da realidade nordestina, das organizações já instaladas e de seus dirigentes. As militantes possuíam consigo grande disposição e desprendimento para atuar, mas, no plano prático, contavam com poucos elementos da realidade sociopolítica dos estados a que se destinavam. Conforme relata Zenaide:

Imaginava que o desafio seria muito grande, mas não tinha ideia que poderia ser presa. A gente vai no escuro. Na época a gente era muito jovem e quando a gente é jovem a gente faz aventura (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013).

Zenaide já havia atuado no estado de Santa Catarina, na Secretaria do MST e em outro movimento social. Aceitou a proposta de ir para o Nordeste movida pelo espírito de aventura, mas, sobretudo, por se tratar de uma tarefa que contribuiria na construção do MST em âmbito nacional. Não tinha noção do que significa o Nordeste brasileiro, os modos de vida e o grau de violência a que estavam submetidos os camponeses e as lideranças agrárias da região.

O deslocamento para as regiões nordestinas, apesar do desconhecimento das condições que lhes aguardavam, representava uma libertação para as entrevistadas. O depoimento de Dilei, filha de pequenos camponeses da região Norte de Santa Catarina, expressa o desejo de mudança:

A coordenação perguntou se eu tinha disponibilidade de vir construir o MST em outras regiões. Se eu tinha disponibilidade de vir pro Nordeste, quem tinha disponibilidade, mas eu não contei tempo. Dois minutos e eu já tava com a mão levantada. Cheguei em casa, retornei no domingo, quando foi terça-feira peguei um ônibus. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

A migração também representava o distanciamento daquele modo de vida, da colônia, que, em determinados momentos da narrativa, parece sufocar a militante. Em geral, os militantes possuíam uma educação conservadora e, no caso das mulheres, maior controle e cerceamento das suas ações. Os elementos opressores são visíveis na fala delas, geralmente destinadas ao casamento, aos afazeres domésticos e ao cuidado dos filhos, hortas e animais. O depoimento de Zenaide demonstra esse cenário e os recursos, ou “apostas”, disponíveis (para ela) no momento:

A gente foi muito massacrada dentro da Igreja. Ir para o convento é pior coisa da vida, mas se você não tem outra saída. Como era filha, minha mãe não deixa estudar. Imagina o pessoal que vão dizer!? Imagina, minha filha mulher estudar fora. Meus irmãos podiam fazer as coisas, mas eu não [...] Tinha muito vontade de estudar, de sair. E a minha mãe queria que eu casasse, tivesse uma penca de filhos, e ficasse lá ao redor de deles. E eu não queria isso. [...] Aí quando eu falei que ia para o convento, ela ficou meio assim, ‘mas para o convento até eu deixo você ir’. Mal sabia ela que logo depois eu iria sair, mas tudo bem. Eu fui por essa motivação, eu queria estudar, eu queria conhecer outro mundo. (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013).

Por um determinado período na vida dessas mulheres a ida para o convento representou uma alternativa, materializada na possibilidade de prosseguir com os estudos ou, pelo menos, adiar os planos de casamento. A militância, nesses termos, representava uma libertação, uma nova dinâmica de vida e a construção de novos valores.

Já a opção pela militância, seguida da migração, gerou desconforto e embates no interior das famílias, independentemente de gênero. No caso das mulheres, a ida para o convento cumpriu um duplo papel. Ao mesmo tempo em que possibilitou o contato com uma nova realidade, por meio dos trabalhos das pastorais desenvolvidos nas comunidades rurais e com a aproximação dos movimentos sociais; por outro lado, os ensinamentos e as práticas da Igreja passaram a entrar em contradição com a nova realidade descoberta, assim como o rígido controle sobre os seus comportamentos. Os depoimentos de Dilei e Zenaide, novamente, apontam nessa direção.

E depois eu vim fazer o trabalho nas periferias e Blumenau, seis meses. E foi ali, nesses seis meses, que eu decidi sair, que aí eu tive contato direto com as comunidades. E aí eu fui questionando por que a Teologia da Libertação me ensinava uma coisa, e dentro da Igreja, a estrutura da Igreja eu comecei a perceber as contradições internas. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

Que elas me mandaram para as comunidades fazer uma experiência, porque eu era muito rebelde, eu brigava muito lá dentro. Não concordava com um monte de coisas, aí elas disseram que iam me mandar para uma comunidade para fazer uma experiência. Aí depois você volta, se você quiser continuar, você continua; se não quiser mais, aí você ver o que fazer. Eu queria muito sair. Queria participar disso, daquilo e elas não me deixavam fazer nada (...) Eu ficava muito presa. Chega na casa da minha mãe que eu já ficava presa. Quando eu comecei conhecer o MST. Que coisa mais linda! (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013).

Como mencionado, a privação e o controle não eram exclusividade do ambiente familiar. Gradativamente, os cerceamentos e punições, aliado as contradições da própria Igreja, causaram um clima de revolta e indignação em parte da juventude missionária. Das quatro mulheres entrevistadas, três delas abandonaram a vida religiosa para se dedicarem à luta pela reforma agrária e a construção do MST. Cabe ressaltar que a militante que não se desvinculou da vida religiosa não possuía uma atuação prévia nas Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base (CEB), tampouco estudou em instituições de ordem religiosa. No âmbito privado, duas delas tiveram filhos no Nordeste, com “companheiros⁴”, e, atualmente, estão solteiras. Uma delas partiu casada de Santa Catarina para o Nordeste, com um também militante migrante, e, por fim, a quarta militante não constituiu família. Essa última migrou apenas entre os estados do Sul, optando por não ir ao Nordeste, quando convidada.

Para os homens, prosseguir nos estudos sinalizava possibilidades de melhorar financeiramente, já que o tamanho das propriedades impedia a continuidade da partilha da terra e/ou causava dificuldades para a manutenção dos contratos de arrendamentos. Já para as mulheres essa alternativa era sistematicamente negada. Esse discurso aparece nas posições dos pais de Zenaide, descritas acima, diante do desejo dela em continuar os estudos. Sair de casa, com a finalidade de estudar, somente era aceitável com objetivo de seguir na vida religiosa. Do contrário, comprometeria a imagem dela e da própria família. O espaço público, incluindo as instituições educacionais, era reservado aos homens.

O ingresso no MST, com o avanço do debate de gênero e educacional, representa conquistas materiais e simbólicas na vida dessas mulheres. Diferentemente de outros movimentos ou sindicatos, o MST opta por envolver toda a família (homens, mulheres, crianças e idosos) na militância, em especial nas ocupações de terra. A luta das mulheres, portanto, é para que elas exerçam as mesmas funções que os homens nas instâncias de decisão e deliberação do MST, com a articulação das categorias de análises “gênero” e “classe social”. Por meio da militância no MST, opera-se uma transformação no perfil das experiências das mulheres (antes restrito ao mundo

⁴ Trata-se de militantes locais do MST e/ou das redes de apoio e solidariedade.

familiar, doméstico e religioso), com a incorporação de novos componentes de saber, apreendidos na luta, na resistência, nas audiências públicas, nas escolas e universidades, nos intercâmbios e nas negociações.

Por fim, cabe dizer que as lutas das mulheres desencadeadas nas décadas de 1970, 1980 e 1990, pelo reconhecimento como trabalhadoras rurais e por direitos sociais, sinalizam para um novo protagonismo que se publiciza através de novas reivindicações das mulheres e de um novo repertório de ações do MST.

Fontes

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Plano Nacional do MST (1989 - 1993). Caderno de Formação n. 17. São Paulo: MST, 1989 [1989a].

_____. Jornal Sem Terra, n. 42, fev. 1985.

_____. Jornal Sem Terra, n. 83, mai. 1989 [1989b].

_____. Jornal Sem Terra, n. 84, jun. 1989 [1989c].

_____. Normas Gerais dos Assentados. São Paulo: MST, 1989.

Entrevistas:

Entrevista concedida por RIBEIRO, Fátima. *Entrevista I*. [out. 2011]. Vitória (ES), 2011.

Entrevistadora: Rose Elke Debiasi. 1 arquivo .mp3 (1h36min.).

Entrevista concedida por BUSANELLO, Zenaide. *Entrevista II*. [set. 2013]. Entrevistadora: Rose Elke Debiasi. São Paulo (SP), 2013. 1 arquivo .mp3 (59 min.).

Entrevista concedida por SCHIOCHET, Dilei. *Entrevista III*. [jun. 2015]. Entrevistadora: Rose Elke Debiasi. Lagoa Seca (PB), 2015. 1 arquivo .mp3 (2h17min.).

Entrevista concedida por GREIN, Maria Izabel. *Entrevista IV*. [mar. 2016]. Entrevistadora: Rose Elke Debiasi. Curitiba (PR), 2016. 1 arquivo .mp3 (1h57min.).

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005.

ESMERALDO, Gema. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha, MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.).

Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013, p. 237-256.

FURLIN, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, Delma Pessanha, MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013, p. 257-282.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. In: *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. (Orgs) Paulo Eduardo Teixeira; Antônio Mendes da Costa Braga; Rosana Baeninger. Marília/SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MONTEIRO, Claudia. *Política entre razão e sentimentos: A militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)*. UFPR, 2013, 207 f. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2013.

POZZI, Pablo. Memória e politização em testemunhos de operários militantes argentinos (1955-1976). In: MONTENEGRO, Antônio; DUARTE, Geni Rosa, et al. (Org.). *História oral: desigualdades e diferenças*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. p. 69-82.

Women, militants and migrants: the structuring of the MST in the Brazilian Northeast

Abstract: This communication will focus on the political trajectory of women, daughters of small peasants, who during the 1980s migrated from the South to the Northeast of the country to structure the Movement of Landless Rural Workers (MST) in the region. The option for militancy, followed by the migration to the Northeast, generated discomfort and clashes within the families. With a rigid, marriage-oriented education, insertion in the monasteries fulfilled a dual role in the formation of these women. At the same time it postponed the marriage plans, it allowed the contact with a new reality, resulting from the acquisition of knowledge and the approximation with the social and pastoral movements which worked within the rural communities; on the other hand, the teachings and practices of the Church came into contradiction. Gradually, the constraints and punishments, allied with the contradictions of the Church itself, caused a climate of revolt and indignation on part of the missionary youth. With the use of oral history, we intend to discuss the relationship of these women with the family, with the Church and the repercussions of the option for militancy, focused on the construction of the MST.

Keywords: MST, Migration, Oral History, Church